A falta que faz o planejamento pedagógico

Página 4

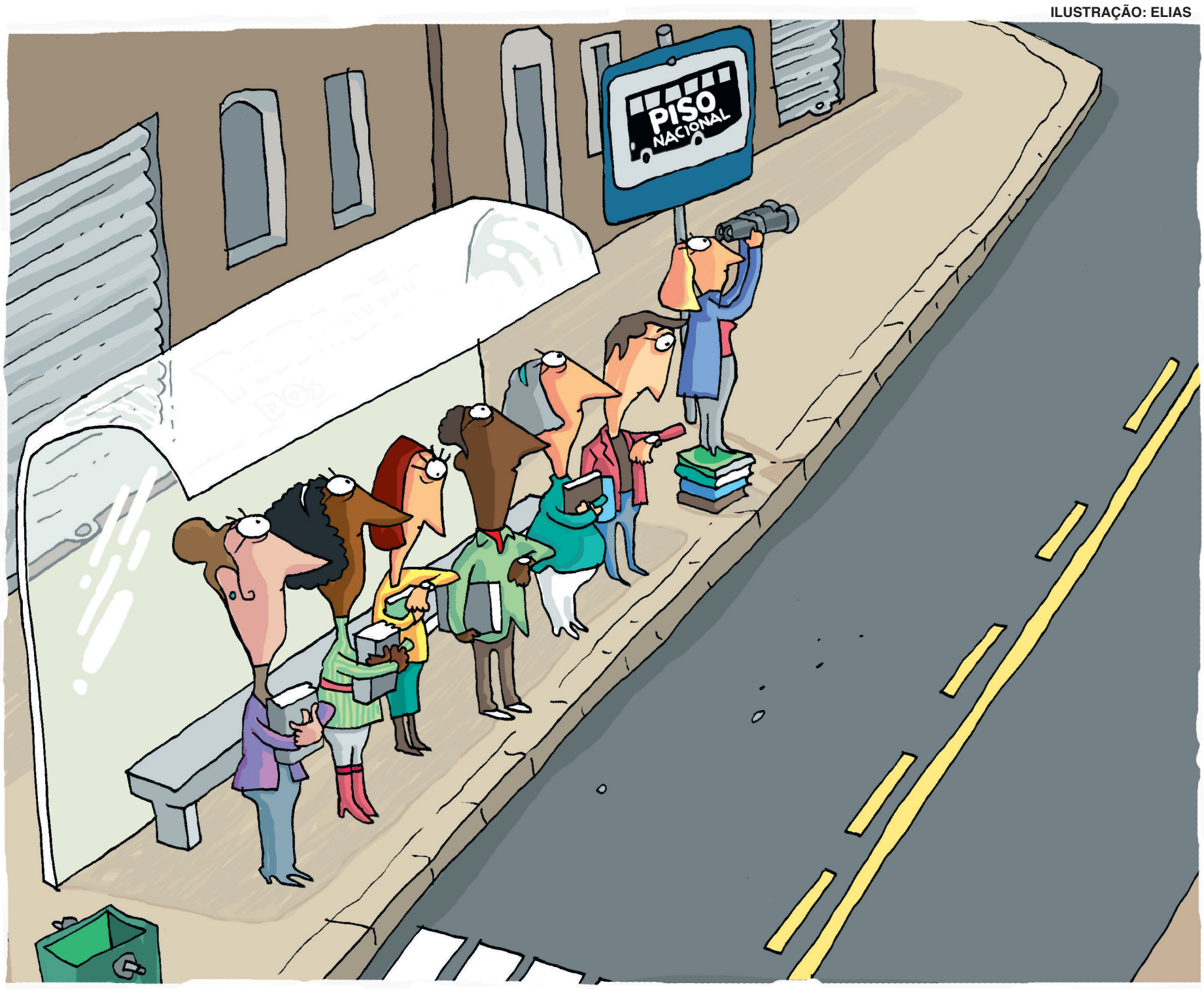
Artigo: reflexões sobre a residência pedagógica

Página 5

Edição 210 |
Abril de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

ILUSTRAÇÃO: ELIAS



PISO: VEM OU NÃO VEM?

Pozzobom protela decisão sobre índice; categoria mantém reivindicação de 15,5%

Página 3

EDITORIAL

CUMPRA-SE A LEI

Não conhecemos uma plataforma política que deixe de fora o discurso da valorização do profissional docente. Desde os tempos mais remotos da História do país o tema vem sendo tratado. A primeira referência sobre um Piso Salarial para os docentes data do ano 1822 através de uma Portaria Imperial.

Segundo a Constituição Federal de 1988 a valorização profissional baseia-se na garantia de formação, qualidade de vida, elaboração de planos de carreira e piso salarial profissional nacional. Nessa mesma direção a Lei Nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação no artigo 67 alega que a valorização profissional deve ser efetivada por meio de estatutos e planos de carreira.

A Lei Nº 11.738/08, que institui o Piso Nacional Profissional Salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, determina também que observar-se-á o limite máximo de 2/3 da carga horária para atividades de interação com os educandos. Nesse sentido, 1/3 da carga horária deve ser reservada para estudos, planejamento e reuniões pedagógicas.

A Lei Nº 11.738/08 determina não apenas quanto um professor deve receber pelo seu trabalho, mas também define como suas atividades deverão ser desempenhadas garantindo-lhe horas-atividade para formação e planejamento inseridos na sua carga horária de trabalho. O trabalho é tanto a quantidade de horas que se trabalha como é também a descrição dessas mesmas horas, ou seja, de como elas se dividem, dentro ou fora da sala de aula. A Lei do Piso contempla os três pilares da carreira docente, qual seja salário, formação e jornada.

É nítida a preocupação com a valorização do trabalho docente no contexto histórico da educação brasileira. Porém, apontamos diversas frentes de lutas para que de fato aconteça. Nesse sentido, o SINPROSM reafirma seu compromisso para garantir o cumprimento integral da Lei Nº11.738/08, seja no âmbito do resgate das perdas salariais dos últimos anos, para equiparar o básico da categoria ao Piso do Magistério e a manutenção das progressões verticais e horizontais da matriz salarial, bem como ao cumprimento da carga horária destinada ao planejamento inserida nesta a possibilidade de estudo, formação e reuniões pedagógicas dentro da carga horária do professor.

CHARGE DO ELIAS

ESPAÇO JURÍDICO

WAGNER ADVOGADOS ASSOCIADOS

CONTRATOS DE SUPLEMENTAÇÃO ATRASADOS

SInprosm requer ministrativamente o pagamento dos atrasados das férias sobre contratos de suplementação

O Sinprosm protocolou pedido administrativo de pagamento dos valores atrasados de remuneração das férias sobre os contratos de suplementação.

Tal medida visa buscar que a administração municipal informe, de maneira oficial, se irá pagar os valores retroativos.

No requerimento, foi salientado que o reconhecimento administrativo, com o pagamento efetivado nas férias do ano de 2016, é fundamento suficiente para o pedido de pagamento retroativo e que o pagamento administrativo evitaria a judicialização do tema.

Havendo resposta negativa ou ainda não sobrevindo resposta, o sindicato deverá ingressar com ação coletiva, para pleitear as referidas diferenças para a categoria por inteiro na forma de Substituição processual.

A Assessoria Jurídica do Sindicato permanece a disposição dos filiados na sede sindicato, mantendo um plantão semanal nas terças-feiras no período vespertino.

CAMPANHA SALARIAL

SEM RESPOSTA, CATEGORIA MANTÉM-SE MOBILIZADA

Em reunião com a coordenação do Sinprosm, Executivo protelou para maio a definição do reajuste do funcionalismo

Demorou mas o prefeito Jorge Pozzobom (PSDB) recebeu os professores municipais para discutir as reivindicações da categoria. No dia 3 de abril, as coordenadoras Juliana Moreira, Vera do Monte, Martha Najar e Celma Pietczak, acompanhadas do advogado Héverton Padilha (Wagner Advogados Associados, quer assessora o Sinprosm), reuniram-se no gabinete com três secretários (Finanças, Educação e Modernização Administrativa), mais a superintendência de RH e a vereadora Luci Duartes – Tia da Moto (PDT), para apresentação de uma carta com cinco pontos.

O resultado ficou aquém do esperado, dado a indefinição da administração quanto à maioria dos temas. Martha Najar, coordenadora de Organização e Patrimônio, acredita que o diálogo deve ser mantido. "Mesmo com uma boa notícia, que são as novas nomeações, muitas questões cruciais estão pendentes. O passivo gerado pelo piso salarial é uma bomba-relógio para a administração. A defasagem dos 15,5% e do auxílio alimentação devem ser enfrentados. É importante conhecer os números, mas é mais importante ainda conhecermos as soluções. Até o momento vimos poucas", comenta.

Em nome da responsabilidade fiscal, Pozzobom só define índice da revisão após o fechamento do quadrimestre

NOMEAÇÕES

Uma das preocupações da coordenação, o quadro incompleto em muitas escolas foi parcialmente solucionado com a nomeação de 217 professores. No entanto, conforme argumentado pelo Sinprosm no debate sobre o calendário escolar, o atraso para o início das aulas não evitou que muitas turmas ainda estejam sem professores. O trâmite para a posse dos novos concursados foi a justificativa da Secretaria de Educação no período para o atraso no calendário. As escolas de educação infantil são as principais prejudicadas.

PISO SALARIAL

Não foi apresentado nenhum índice de recomposição salarial. Segundo Pozzobom, isso só será possível ao final do mês de abril, quando se encerra o primeiro quadrimestre e o impacto das recentes nomeações será observado no índice de pessoal. A pauta será retomada em maio, já com os números em mãos.

O Sinprosm reivindica 15,5% de reajuste, índice que iguala o básico do município ao piso nacional da categoria. Houve questionamento também sobre o passivo gerado com o não pagamento do piso e as consequentes judicializações.

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

A distribuição da carga horária, conforme determina a Lei do Piso Salarial, também foi posta em discussão. Pozzobom determinou que a secretária Lúcia Madruga encaminhe a pauta diretamente com o sindicato. O Sinprosm reiterou no dia 10 de abril a solicitação de reunião com a SMEd, porém ainda sem retorno.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Pozzobom afirmou ter intenção de reajustar o valor pago, porém ainda sem perspectiva. O impacto está sendo estudado pela Secretaria de Finanças. Segundo Esquia, a variação da arrecadação definirá um novo valor. O pagamento do auxílio-alimentação não incide no índice de pessoal, portanto o argumento da LRF não cabe para o caso.

SUPLEMENTAÇÕES

O pagamento das suplementações feitas em fevereiro e março e ainda não pagas virão apenas com a folha de abril. A Superintendência de Recursos Humanos argumenta que não há pessoal para uma folha complementar, conforme solicitado pelo Sinprosm.

CAMPANHA SALARIAL

QUANTO CUSTA NÃO PAGAR O PISO NACIONAL?

Na Tribuna Livre, coordenação cobra soluções para a arrecadação e contradição no discurso de responsabilidade fiscal

Os professores municipais ocuparam as galerias da Câmara de Vereadores de Santa Maria nesta quinta-feira (5) para a manifestação do Sinprosm na Tribuna Livre. A utilização do espaço foi definida pela categoria em assembleia no dia 21 de março.

A coordenadora de Comunicação e Formação Sindical, Celma Pietczak, oradora em nome da entidade, solicitou à Casa Legislativa o impacto financeiro dos 15,5% reivindicados pela categoria e o um debate aprofundado sobre a inadimplência no município. "Acreditamos ser necessário falar às claras sobre quem deve e não cumpre os seus deveres, seja ele o representante do público ou do privado. A administração pública não pode deixar de cumprir suas obrigações por abrir mão de ampliar suas receitas", pontua a dirigente.

A protelação da definição do índice de reajuste, sob alegação da necessidade de fechamento do quadrimestre, não convence a categoria. "Todos sabemos ser março a data-base do funcionalismo municipal e não é razoável que não haja um planejamento da administração que permita ter alguma proposta concreta para debater o reajuste dos servidores já em abril".

Categoria mobilizou-se para ocupar as galerias da Câmara dos Vereadores na Tribuna Livre do Sinprosm. Coiordenadora Celma Pietczak foi a oradora

RESPONSABILIDADE FISCAL

Argumento utilizado pela administração municipal para o descumprimento da Lei do Piso Nacional, a responsabilidade fiscal neste caso foi questionada. "Ao não cumprir a lei, a administração está gerando um passivo que vai onerar futuros administradores. Sendo assim, o que hoje parece uma atitude responsável, na verdade pode não vir a ser".

Um segundo aspecto da lei do piso do magistério, a distribuição da carga horária também foi abordada. Atualmente apenas os professores celetistas têm garantido o direito de reservar um terço do seu tempo dedicado ao planejamento, devido a uma vitória judicial. O respeito a esses aspectos demonstra a priorização efetiva da educação, afirmou Celma. "Um dos fatores a se considerar nesse sentido é a valorização do trabalho do professor. Tal valorização se dá não só no que se refere à remuneração, como também nas condições de trabalho oferecidas".

Os professores ainda acompanharam as manifestações dos vereadores Luci Duartes – Tia da Moto (PDT), Alexandre Vargas (PRB), Jorge Trindade (Rede), Daniel Diniz (PT) e Manoel Badke (Dem), que se dirigiram à categoria.

"Ao não cumprir a lei, a administração está gerando um passivo que vai onerar futuros administradores."

ARTIGO

ENTRE A RESIDÊNCIA E POSSÍVEIS RESISTÊNCIAS

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Programa de Residência Pedagógica não garante professores nas turmas onde haverá residência

Escrever textos curtos é sempre perigoso mas, o momento exige certa problematização, nas rodas de conversa, e quem sabe de resistência de nós docentes.

Vou problematizar sobre a atual Política Nacional de Formação de Professores no que provoca a relação entre instituições formadoras (universidades) e instituições escolares da Educação Básica, o Programa Residência Pedagógica.

Minha experiência na formação docente me diz que é difícil formar professores/as na universidade. Pois, antes do processo de ensino e aprendizagem da Ciência Educacional, seus pressupostos, técnicas e métodos, tem-se que problematizar os modelos de experiência individual como alunos/as que parece autorizar qualquer um a ser professor/a.

Por isso, não tenho certezas absolutas quanto à Política Nacional de Formação de Professores o que resta a mim e a nós docentes é nos reunir e problematizar. Neste sentido, lanço alguns elementos de reflexão que, a meu ver, tem relação com o Programa de Residência Pedagógica lançado pelo MEC.

1. Este programa faz parte das agendas internacionais para educação. Orientam as políticas nacionais depois de apontar o/a docente como aquele/a "que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos". Uma política de formação calcada não nos processos de aprendizagem mas, nos resultados. Política que está capturando e até desvirtuado algumas bandeiras de luta dos movimentos sociais e sindicais para encaixá-las nos modelos econômicos e sociais do neoliberalismo. Políticas que capturam nossas lutas por qualidade de trabalho, de formação docente e das instituições educacionais, num modelo de performatividade neoliberal que, em rede, se espalha e é ao mesmo tempo "[...] individualizante quanto totalizante. […] convida-nos e incentiva-nos a ser efetivo, a trabalharmos em relação a nós mesmos, a melhorarmos a nós mesmos e a sentirmo-nos culpados ou inadequados se não o fizemos. (Ball, 2014, p. 66)

2. Este programa de Residência, baseado nos resultados de aprendizagem do alunado, avaliados em larga escala (Prova Brasil, SAEB, PISA) – usos de medição da eficiência docente e responsabilização docente pelos resultados da aprendizagem – amarram a formação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tomada como currículo 'verdadeiro' para a Educação Básica que pleiteia a qualidade de que se referencia pelos resultados. Com isso, captura a todos nós docentes, em atuação e em formação inicial, para acreditar e atuar como propagadores da BNCC que deixou de fora muitos conhecimentos e habilidades humanas que estão para além dos testes estanderizados e das competências ditadas pelo mercado para educação .

3. Ainda, e quem sabe o mais impactante: a Residência está sendo divulgada pelo MEC como resposta a bandeiras de luta por qualidade e por relação mais efetiva entre a universidade e a escola; entre formação e atuação através do pressuposto de que é através da inserção desde o início da licenciatura na escola básica que promoveria a melhoria da qualidade de educação. No entanto, o programa que prevê um orientador na universidade e um supervisor na rede, não explicita a necessidade de um professor nas turmas em que os acadêmicos farão residência. Muitas entidades ligadas a Educação, tem alertado para o que acham de 'estagiário como mão de obra barata' , sendo usado para vagas docentes sem supervisão direta da atividade de residência. São 80 mil vagas de residentes pedagógicos que, sem formação, poderiam vir a ocupar vagas e contratações de professores licenciados e concursados.

Estamos vivendo tempos temerosos com a divulgação relâmpago políticas nacionais para educação. Exige-se aí muitas rodas de conversas para assumirmos uma posição de resistência.

Despeço-me deixando um forte abraço aos colegas docentes que resistem.

Professora Leandra Bôer Possa
Centro de Educação/UFSM

Referências:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comocmane&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdfe&category_slug=outubro-2017-pdfe&Itemid=30192

BALL, S.J. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014.

Vhttp://www.anped.org.br/news/entidades-se--posicionam-contrarias-padronizacao-e-controle-impostos-pelo-programa-de-residencia

Ver em: https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/reportagens/residencia-pedagogica-entidades-atentam-para--uso-de-alunos-como-mao-de-obra-barata/

LEI DO PISO NACIONAL

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO, O NÓ DA EDUCAÇÃO

Sem equipe e desrespeito ao terço da carga horária para atividades extraclasse, planejamento é raridade

Correria na troca de turmas, conversa nos corredores ou no recreio, interrupção de aulas para troca de ideias, jornadas fora do horário de trabalho para pensar em projetos conjuntos, dificuldade para orientação sobre alunos incluídos. A realidade das escolas onde o terço da carga horária dedicado para atividades extraclasse não é respeitado, conforme definido pela Lei do Piso Nacional, torna mais complexa a missão de garantir ensino de qualidade aos alunos.

Na rede municipal de Santa Maria, esses fatos são mais do que corriqueiros: viraram regra. Isso é ainda mais perceptível na educação infantil, onde a falta de equipe faz com que o planejamento pedagógico simplesmente não seja possível. Em um levantamento feito pelo Sinprosm junto às 22 EMEI's, a pedido da Promotoria da Infância e da Juventude, a resposta foi unânime: não temos o planejamento correto por falta de equipe. "Mesmo as nomeações recentes não deram condições para que as reuniões e formações sejam feitos da forma adequada", confirma a coordenadora de Organização e Patrimônio, Martha Najar.

A EMEI Aracy Trindade Caurio é uma delas. A escola da Vila Lídia atende 75 alunos, metade em tempo integral, com cinco professoras além da diretora e da supervisora. Com um arranjo aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, nas quartas-feiras à tarde os alunos são liberados mais cedo para que os professores possam planejar por duas horas. O acordo exclui o turno da manhã, o que gera um problema. "Para que as professoras da manhã possam ter as duas horas de planejamento, a Lilian, que é a coordenadora, acaba indo para a sala. Assim, em que momento a coordenadora vai orientar, apoiar e dar assessoria que é a função dela, a essas professoras?", explica a diretora Mônica Knapp. Em função disso, eventualmente as docentes se reúnem após o expediente para planejar em conjunto. "Ficamos ontem das 18 às 21 horas, sem ninguém receber as coisas que são de direito do professor", completa. No dia 13/04, quando o Primeira Classe esteve na escola, a chuva contribuía com o trabalho da coordenação: "eu aproveito que vieram menos crianças para falar com as gurias na sala. A gente tem que se virar", ilustra Lilian Wagner.

Coordenadora Lilian orienta professora Bárbara na sala de aula,em meio aos alunos

ENSINO FUNDAMENTAL

O problema, no entanto, não se restringe à educação infantil. Na EMEF Euclides da Cunha, as os anos iniciais não tem planejamento e os anos finais fazem as reuniões pedagógicas uma vez ao mês, em dias alternados, para que os professores fechem as 16 horas frente aos alunos e as turmas sejam atendidas.

A diretora Maria Medianeira Oliveira explica que a orientação da coordenação pedagógica dos anos iniciais na maioria das vezes acaba ocorrendo nos recreios, nos corredores ou até mesmo dentro de sala de aula. "Faz bastante falta o planejamento. As professoras querem trabalhar o aluno. Na sala de aula não tem condições". O prejuízo maior fica no desenvolvimento de projetos, tais como sobre bullying, higiene pessoal, atividades de datas comemorativas. "Comparamos como era quando tínhamos o planejamento e agora. Faz muita diferença. Depois nos cobram o IDEB, qualidade de ensino", confirma Liliana Pincolini, que sente falta do apoio da Secretaria de Educação na formação continuada dos coordenadores pedagógicos: "fica tudo concentrado em mim, como se a gente tivesse que saber tudo. Tem que ficar sempre ligando, correndo atrás. Esse ano está ficando bem a desejar".

"Queremos que o aluno saia daqui para o ensino médio e siga em frente, ao invés de repetir e desistir. Para ter isso, a coordenadora precisa fazer o papel dela de orientar, esclarecer alguma dúvida do dia a dia. E, a partir daí, até cobrar do professor", resume Maria Medianeira.

Diretora Maria Medianeira e coordenadora Liliana Pincolini, da EMEF Euclides da Cunha

Memória Sinprosm

SUSETI FLÔRES, O ARQUIVO VIVO

Uma das mais longevas "cedida" para a coordenação do Sinprosm conta a sua trajetória ao Primeira Classe

A história de Suseti Medianeira Castrono Flôres se confunde em muitos momentos com a do próprio Sinprosm. A geógrafa formada pela UFSM foi literalmente a cara do sindicato nos primeiros 17 anos da entidade, quando circulou por praticamente todas as funções de coordenação

BANCOS ESCOLARES

Nasci em Santa Maria, mas fiz o primeiro grau todo em São Pedro do Sul. Depois fui para o magistério no Olavo Bilac e terminei em 1986. Em 1988 passei na prova seletiva e já entrei no município. Tenho 30 anos de profissão. Comecei em Itaara, quando ainda era de Santa Maria, na Escola Tiradentes, e depois fui para Camobi, no Lourenço Dalla Corte.

Quando saí a primeira vez do sindicato eu terminei o curso de geografia na UFSM. Tenho também pós-graduação em engenharia rural e Especialização em Interpretação de Imagens Orbitais e Sub-Orbitais (CEIOSO).

FORMAÇÃO SINDICAL

Quem me levou para o sindicato foi a Zilá Pozzobom, minha parceira de ônibus de Itaara. Ela dizia: "a gente vai fazer um sindicato, vamos nas reuniões. Tu é nova e tem que participar". Participei de todas as reuniões de preparação, da assembleia de fundação no Olavo Bilac, da primeira reunião com o prefeito. Até achávamos que não íamos conseguir. Fiquei no conselho fiscal no mandato temporário e depois fui secretária-geral na gestão eleita da Rosmari.

Quando entrei eu era muito nova de idade e de carreira. A Rosmari, que tinha experiência do Sindicato dos Bancários, percebeu minha falta de jeito e me colocou para fazer formação política na CUT. Fiz curso de metodologia, didática, de como falar em público. Antes elas brincavam que eu era "tropeira de lesma", depois virei a "Maria Microfone". Chegava um repórter e eu estava pronta.

DIRIGENTE

Fiquei cinco anos direto cedida ao sindicato. Quando a Rosmari saiu para a Câmara, eu assumi a presidência. Fiquei por oito meses, até a nova eleição quando a Circe se elegeu e assumiu em 1993. Continuei na diretoria, mas eu queria continuar na escola, por que o trabalho de base a gente faz melhor estando no local de trabalho. Voltei a ser cedida em 2000, quando a Circe já era vereadora e a Zulânia estava muito doente, precisava se licenciar. Eu conhecia todas as escolas e os diretores, e o Antônio Lídio perguntava: "como tu conhece essa gente toda?". Em todos esses anos a gente acaba aprendendo.

Tivemos muitos desafios dentro do Sinprosm. No início era aquela salinha dentro do Sindicato dos Bancários, fazendo vaquinha para colocar gasolina e ir nas escolas. Mas a gente não tinha medo de aprender e de conquistar as coisas. Tínhamos hora para chegar e não tinha hora para sair. Outro momento difícil foi quando a Zulânia faleceu. Ficamos quase um ano só o Antônio Lídio e eu, a gente se dividia para tudo. O sindicato já era consolidado, tinha uma responsabilidade muito maior.

PARTIDO X SINDICATO

Eu tive toda a minha formação política na CUT. Quando o Valdeci se elegeu, eu tive um conflito muito grande por ser do PT. Entre as coisas que o Valdeci gostaria de fazer para nós e as que ele poderia tinha uma distância grande. E a gente, enquanto sindicalista, se o professor pedia para ir buscar um pedaço da Lua, não interessa se tu concordas, tem que dar um jeito de ir. Nós batemos muito no governo e éramos cobradas. Em um seminário grande no Hotel Itaimbé, tínhamos recebido um reajuste baixo e a diretoria decidiu que iriamos vestidas de palhaço. O secretário Maboni nos viu, a Ana Freire e eu, e achava que faríamos uma apresentação. Quando ele foi discursar, a plateia levantou e começou a bater palma, mas era para a gente estendendo uma faixa na frente do palco.

Outra vez ficamos quatro horas na frente da prefeitura segurando o professorado até que o Valdeci nos atendesse. O Paulo Merten e eu no microfone com o carro de som e o Antônio Lídio, que era mais ponderado, tentando a reunião lá dentro. Uma hora o Valdeci avisou o Antônio Lídio: "eu só recebo o sindicato se tu fizer a Suseti calar a boca". Não tínhamos medo de nada naquela época.

VIDA QUE SEGUE

Em 2005 eu saí do sindicato e voltei para a escola, de manhã no Adelmo Genro Filho e de tarde no Pinheiro Machado. Em 2008, já com o curso do NTEI, fiquei com as 40 horas no Adelmo para trabalhar na sala de informática. Para mim, que morava (e ainda moro) na Tancredo Neves, ficou muito melhor. Quero ficar no Adelmo até 2020, quando me aposento.

Eu lutei muito e acho que faria tudo de novo, por que eu acreditava. Me sinto orgulhosa de ver que o Sinprosm é reconhecido por todos e eu fiz a minha parte. O sindicato não é aquele prédio ou quem está lá, somos todos nós.

Suseti (em pé, de casaco preto, a quarta da direta para esquerda) com a diretoria em 1999

Edição 210 |
Abril de 2018
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

CATEGORIA REPRESENTADA NOS CONSELHOS MUNICIPAIS

A coordenação do Sinprosm está atualizando desde novembro as representações nos diferentes conselhos municipais onde a categoria possui assento. A ação visa manter a atuação de seus membros em consonância com as diretrizes escolhidas pelos professores municipais no recente processo eleitoral.

Os conselhos municipais, também chamados de conselhos de políticas públicas, são uma das ferramentas que possibilitam aos cidadãos uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas em âmbito local, estadual ou nacional.

No momento são cinco os órgãos consultivos ou deliberativos em que o Sinprosm faz parte da composição:

Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)
Martha Najar e Vera do Monte (titulares); Zilá Pozzobom e Juliana Moreira (suplentes)

Conselho Municipal de Educação (CME)
Martha Najar (titular) e Juliana Moreira (suplente)

Conselho Municipal de Saúde (CMS)
Martha Najar (titular) e Vera do Monte (suplente)

Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Santa Maria (IPASSP-SM)

Conselho Deliberativo: *Celma Pietczak e Martha Najar (titulares); Cristina Rigão e Leda Marzari (suplentes)*

Conselho Fiscal: *Vera do Monte (titular) e Ana Laura Teichmann (suplente); Zilá Pozzobom (aposentados)*

CRÔNICA EM REDE

QUAIS OS SONS DA SUA CONCHA?

Deixo bem claro que minha aventura é poética, nada cientifica.

Enfim... as conchas carregam o barulho do mar.

Fui no mar, catei conchas com meus filhos e trouxe para casa.

Hoje levei uma ao ouvido, fechei os olhos e pude ouvir o mar. Que mistério é esse?

Iniciei uma cadeia de pensamentos e sentimentos.

A concha vive no mar e mesmo saindo de lá para sempre leva dentro de si o seu som.

Talvez não sejam apenas as conchas, se você parar para pensar...

Trazemos dentro de nós o som que ouvimos desde o ventre da nossa mãe.

Há de se fechar os olhos e ouvir, basta deixar o coração falar. O que outrora nos disseram está lá, registrado em nossa "concha".

Eis o ponto.

Somos professores.

Gravamos sons na "concha" de outros seres humanos. Sons que se eternizam. Sons capazes de levantar ou derrubar.

Você pode dizer: Nossa profissão é ensinar! – Você está certo. Mas lá no íntimo de outro ser humano, na sua "concha" não ficará nossa voz dizendo "2+2 são 4" mas certamente ficará: Você é especial! Você é capaz! Acredito em você! Você pode transformar o mundo! (ou, lamentavelmente o oposto).

Talvez, quando adultos, não lembrem quem disse. Eu não lembro, mas alguém me disse. Alguém disse que eu faria a diferença. Eu acreditei. Está aqui registrado na minha "concha". Levo esse som comigo. Acredito nele. E hoje estou aqui.

Ex-Aluna e Professora de escola pública. Falando com crianças e com vocês, colegas. Sonhando e incentivando novos sonhadores. Lutando otimista, ouvindo a voz da "minha concha", e se ninguém te disse, te direi:

Você pode transformar o mundo! – o mundo de alguém

Analéia Maraschin da Costa
Pedagoga
Blogueira no www.blogdetodas.com.br

SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS DE SANTA MARIA
Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Mala Direta Postal
Básica
9912342496/2014 - DR/RS
SINPROSM
CORREIOS

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3223-0168 \ 3025-1418

COORDENAÇÃO:
Martha Izabel Pauler Najar, Juliana Corrêa Moreira, Vera Terezinha Simon Monte, Silvana Peruzollo, Celma Pietczak e Leda Marzari

PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA, REDAÇÃO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.500 exemplares